

O Estado de S. Paulo

19/2/1989

Interior

Guariba ameaça romper convênio com a Sabesp

CARLOS ALBERTO NONINO

GUARIBA — Decorridos quase 13 anos da assinatura do convênio pelo qual se comprometeu a solucionar "de forma satisfatória e no menor prazo possível" os problemas de saneamento básico em Guariba, a Sabesp ainda não iniciou a execução do tratamento de esgotos sanitários. Por essa razão, o prefeito Paulo Mangolini ingressou com interpelação judicial, onde exige um pronunciamento da empresa, no prazo de dez dias, e ameaça romper o convênio.

Mangolini disse que em cidades onde a Sabesp assumiu posteriormente o controle do saneamento básico, casos de Franca e Monte Alto, já existe tratamento de esgotos. Seu inconformismo se manifesta pelo fato de que "a Sabesp adota o critério de dividir em igualdade de condições os investimentos que aplica em todo Estado, com a finalidade de estabelecer a cobrança de tarifas". Ele conclui que, em Guariba, a empresa cobra por despesas que realiza em outros municípios.

O prefeito afirma que as tarifas são elevadas, comparando com o que é cobrado em cidades vizinhas, onde os serviços de água e esgotos não foram transferidos para a Sabesp. Em maio de 84, quando foi iniciada uma greve de bóias-frias, o prédio da, Sabesp foi depredado, em atitude de protesto pelo alto custo do abastecimento de água. Ainda hoje, os moradores de Guariba manifestam-se descontentes.

Para hoje, está programada uma manifestação pública de protesto contra a Sabesp, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cujo presidente, José de Fátima Soares, garante que "não existe propósito de depredação, mas, de forma pacífica, vamos mostrar o nosso descontentamento". José de Fátima acha que os moradores podem decidir não recolher mais as tarifas cobradas pela Sabesp.

Uma alternativa seria recolher, em juízo, apenas a parte referente ao abastecimento de água, diz o advogado da prefeitura, João Jorge Alves Ferreira, explicando que, apesar de cuidar da coleta de esgotos, a Sabesp não processa o seu tratamento, sendo os dejetos despejados in natura em cursos d'água. Cauteloso, ele aguarda que a Sabesp se manifeste, antes do sugerir uma providência drástica".

O advogado lembra que, há dez anos, foi instalado o Hospital Regional de Guariba, de quem, na época, a prefeitura não exigiu o tratamento de esgotos, porque estava acertado que essa incumbência ficaria, por conta da Sabesp. "Até agora, os resíduos hospitalares são coletados pela rede pública e tem um destino final sem nenhum tratamento, representando risco à saúde pública", afirma.

Esse fato é apontado na interpelação judicial contra a Sabesp. Se no prazo de dez dias a empresa não se comprometer a uma solução imediata quanto ao tratamento de toda carga de esgotos coletados no perímetro urbano, a prefeitura providenciará a rescisão de contrato "por justa causa", segundo Paulo Mangolini. O prefeito manifesta-se disposto a uma intervenção, seguida da assinatura do decreto que declara "estado de calamidade pública", visando a garantir o saneamento básico. O convênio assinado com a Sabesp prevê sua duração em 30 anos.

(Página 31)